

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO A PEDAGOGIA A DISTÂNCIA**

**LÍLIAN CRISTINA DE ALMEIDA**

**SEXUALIDADE: ADOLESCÊNCIA, EDUCAÇÃO SEXUAL E PRECONCEITO**

**UBERLÂNDIA-MG**  
**27 DE OUTUBRO DE 2021**

**LÍLIAN CRISTINA DE ALMEIDA**

**SEXUALIDADE: ADOLESCÊNCIA, EDUCAÇÃO SEXUAL E PRECONCEITO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia- UFU.

Orientadora: Profa. Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva.

**UBERLÂNDIA-MG**  
**27 DE OUTUBRO DE 2021**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que me deu paciência e persistência para não desistir durante esses quatro anos de faculdade, mesmo perante tantos problemas e contratempos e com a intensa falta de tempo para realizar todas as atividades, dediquei a concluir mais uma graduação.

*Deus nunca disse que a jornada seria fácil, mas, Ele disse que a chegada valeria a pena.*

**Max Lucado**

## **RESUMO**

O tema sexualidade é um assunto habitual e ao mesmo tempo complexo. É bastante discutido desde a infância até a adolescência, para alunos com a faixa etária de 8 a até 18 anos, e, também recorrente na Educação de Jovens e Adultos nas instituições escolares. Portanto, estas instituições são as grandes aliadas no desenvolvimento dos alunos, se elas e seus/as profissionais se comprometem a levar informações tanto aqueles que visam a prevenção de casos de abusos sexuais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, gravidez precoce e conhecimentos sobre o corpo, o desejo e o prazer.

Ao escrever sobre o tema sexualidade pensei sobretudo na educação, e, principalmente, na noção e experiências com o preconceito ao qual muitas pessoas que vivem no nosso país são submetidas. Refleti ainda sobre como esse tipo de ação afeta o desenvolvimento biopsicológico dos alunos e das alunas. De professoras e de professores. Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo principal esclarecer sobre o tema sexualidade, adolescência e preconceito, e, a partir das minhas memórias, discutir sobre medidas a serem tomadas, pelas instituições de ensino e pelo Estado, para conter e controlar a disseminação dessas formas de violências que afetam a vida em sociedade.

**Palavras Chaves:** Sexualidade – Preconceito - Adolescência - Escola

## **ABSTRACT**

The topic of sexuality is a common and at the same time complex subject. It is widely discussed from childhood to adolescence, for students aged from 8 to 18 years, and also recurrent in Youth and Adult Education in school institutions. Therefore, these institutions are the great allies in the development of students, if they and their professionals are committed to bringing information to those aimed at preventing cases of sexual abuse and Sexually Transmitted Infections, early pregnancy and knowledge about the body, the desire and pleasure.

When writing on the topic of sexuality, I thought above all about education, and, above all, about the notion and experiences with the prejudice to which many people living in our country are subjected. I also reflected on how this type of action affects the biopsychological development of students. Of female teachers and male professors. This Course Conclusion Work aimed to clarify the topic of sexuality, adolescence and prejudice, and, based on my memories, discuss measures to be taken, by educational institutions and by the State, to contain and control the spread of these forms of violence that affect life in society.

**Key Words:** Sexuality - Prejudice - Adolescence - School

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	8
2 SEXUALIDADE.....	11
2.1 Definição e Origem.....	11
3. ADOLESCÊNCIA .....	17
4. PRECONCEITO .....	20
5. CONCLUSÃO .....	23
REFERÊNCIAS .....	24

## 1. INTRODUÇÃO

A sexualidade é vista como um tema universal, que envolve todas as pessoas e idades, e tem sido discutida, nos últimos anos, com uma ênfase maior nas escolas e nas redes de comunicação tanto como forma de controle a incidências e reincidências de infecções sexualmente transmissíveis, gravidez juvenil, crimes sexuais quanto como tema necessário na formação escolar.

Portanto, a escola tem sido pensada por pesquisadores/as, famílias, parte da sociedade civil, certos políticos e legisladores como uma aliada constante, para levar informações sobre esses temas públicos: elevados índices de IST entre jovens e adultos; gravidez juvenil; crimes sexuais; violência de gênero; preconceito e discriminação sexual e de gênero. A escola é considerada como espaço social onde estão concentrados alunos e alunas de todas as faixas etárias. Muitas propostas de trabalho nas escolas, sobre a temática da sexualidade, tem se estendido às famílias, instituição fundamental para incentivar a participação dos alunos e das alunas e de outros profissionais da educação e da comunidade em que a escola se situa..

Em minha experiência percebo que os professores e as professoras que iniciam o trabalho com o tema sexualidade na escola, são da disciplina de Ciências nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e da disciplina Biologia no ensino médio. Em geral, são estas e estes profissionais porque eles são, formalmente responsáveis pelo trabalho com o conteúdo corpo e organismo humano na escola. Entretanto, já na educação infantil, o tema corpo humano e suas transformações é apresentado pelo currículo escolar. Ao longo dos anos escolares os alunos e as alunas vão aprofundando o tema, que também pode ser discutido nas demais disciplinas. Em contrapartida, ao longo de minha vida percebo que em casa, a família, em geral, ainda tem certa dificuldade de falar e explicar para seus filhos e suas filhas assuntos relacionados com a sexualidade, e, assim, a responsabilidade de uma abordagem segura e com informações as mais seguras possíveis têm ficado exclusivamente para escola.

Nesse sentido, educação sexual é transmitida para os alunos desde cedo nas instituições escolares e que esta disciplina leva as crianças e adolescentes a conhecer melhor sua intimidade, sentimentos, corpo, toques, portanto, é considerada essencial para formação do ser.



A adolescência é uma fase de transição entre a vida criança e a vida adulta, histórica, cultural e socialmente construída, os corpos de meninos e de meninas, em geral, passam por amadurecimento físico, psíquico o que culmina em alterações nos seus modos de pensar e agir nos espaços onde circulam e pelo interesse por relacionar com outras pessoas.

É, nesta fase da vida, que muitas meninas e meninos têm experiências muito acentuadas com o preconceito, conceito bastante trabalhado por diversos grupos de pesquisa e movimentos sociais – feminista, negro, LGBTQIA+, indígena, entre outros, no Brasil. Estes grupos e movimentos tiveram papel importante entre 1990 e 2015, quando tornaram temas como sexualidade, gênero, relações étnico-raciais e seus desdobramentos na agenda do Ministério da Educação, de governos brasileiros e nas redes sociais e de comunicação. Apesar das conquistas e avanços no período referido, observamos que ainda estamos longe do sucesso esperado acerca desse debate no interior da escola e da sociedade brasileira.

No Brasil e no mundo, ainda há muitos grupos, movimentos e pessoas que ao longo do seu desenvolvimento pessoal se tornaram intolerantes a tudo o que é considerado “fora do padrão”, da normalidade estabelecida por certos grupos, e, na maioria das vezes, por cultivarem o preconceito e a discriminação como lógicas de viver as relações com as outras pessoas se tornam (são educadas de modo) agressivos, podendo chegar ao limite máximo do exercício da força e da violência: cometem feminicídios, crimes por homofobia, por transfobia, por lesbofobia, espancamentos, etc.

No Brasil, assistimos nos tempos atuais, vários casos desses crimes, mas a luta contra esse tipo de ação violenta ainda continua e está longe de acabar, especialmente, quando assistimos ao grande número de políticos, educadores, movimentos se posicionando contra a discussão e a proposta de práticas educativas que visem a superação do preconceito, da discriminação sexual e de gênero.

Com este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) objetivei esclarecer sobre o tema sexualidade, adolescência e preconceito, e, a partir das minhas memórias, discutir sobre medidas a serem tomadas, pelas instituições de ensino e pelo Estado, para conter e controlar a disseminação das violências sexuais e de gênero, bem como sobre o preconceito e a discriminação sofridas por grupos que desobedecem à norma imposta. Preconceitos e discriminações que afetam a vida em sociedade.

O TCC apresenta a seguinte organização: Esta Introdução, onde exponho o tema e objetivos do TCC; a seção I intitulada *Sexualidade, em que está indicada a definição e origem do conceito e as contribuições do governo brasileiro para o desenvolvimento de uma educação*

sexual nas escolas; a seção II- *Adolescência*, em que discuto esta etapa da vida de meninos e de meninas; a seção III- *Preconceito* com esclarecimentos sobre esta noção. Por fim, para encerrar o TCC estão expostas a *Conclusão* e as *Referências* utilizadas.

## 2 SEXUALIDADE

### 2.1 Definição e Origem

De acordo com minha experiência de vida, e a tudo que já presenciei e li sobre a sexualidade, posso com toda certeza falar que ela envolve a vida de todas as pessoas, sem distinção, homens e mulheres, meninos e meninas, homossexuais, heterossexuais, bissexuais, intersexuais, agêneros, transgêneros, em todas as idades.

Ao falar de sexualidade, ao mesmo tempo, estamos falando de pessoas, dos sentimentos, de suas ações, de suas reações, do respeito, da igualdade.

A Sexualidade é um aspecto central do ser humano durante toda sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, cultural, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2007, p.5, tradução da autora VERA LÚCIA DO AMARAL).

Desse modo, é importante compreendermos que a sexualidade não se reduz a nenhum destes conceitos: sexo, gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade, fantasia, reprodução, desejo, valores. Pelo contrário, todos eles estão implicados com no conceito sexualidade, ou seja, este é um conceito complexo que envolve e é articulada a várias dimensões da vida e do viver: biológica, psicológica, social, econômica, política, cultural, ética, legal, histórica, religiosa e espiritual.

A partir dessas primeiras considerações, ao buscar em minha memória, a minha primeira lembrança a respeito da educação sexual, foi na terceira série do ensino fundamental, quando a minha professora Neuza começou a falar na aula de Ciências sobre as transformações do corpo que o ser humano sofre ao longo dos anos. Foi muito constrangedor para mim e para algumas e alguns colegas da sala. Muitos e muitas de nós ficávamos calados/as, com vergonha, outros e outras começavam a rir, e ainda havia aqueles/as que apontavam para as figuras do crescimento de pelos pubianos, levadas pelas professora, e riam. Foram, e ainda são reações, consideradas normais para a idade.

Com o passar dos anos na escola, os/as meus/minhas professores/as foram inserindo outros conteúdos na disciplina Ciências, como a descrição da anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino e masculino, a descrição do ciclo menstrual, a noção de diferença sexual, os métodos contraceptivos, a gravidez na adolescência dentre outros, mas como já tínhamos uma idade mais avançada a reação de riso e de vergonha parecia mais amena.

Lembro-me que durante a sétima série do ensino fundamental, no ano de 2007, o colégio onde estudava chamava pessoas do âmbito hospitalar para dar palestras a respeito de métodos contraceptivos, gravidez precoce (hoje, gravidez juvenil) e doenças sexualmente transmissíveis (hoje, Infecção Sexualmente Transmissível). Para falarem sobre os métodos as palestrantes levavam pepinos e cenouras, como modelos por meio dos quais exemplificavam e ensinavam aos meninos a como usar preservativos em possíveis relações sexuais, e as meninas ensinavam sobre preservativos femininos e métodos contraceptivos, e sobre gravidez e as transformações no corpo.

Entretanto, quando se fala sobre sexualidade na escola se aborda um tema por meio de vários assuntos que podem ser trabalhados em muitos lugares. Quando a ênfase recai sobre a dimensão biológica, geralmente, a abordagem é circunscrita à educação sexual. O conceito de educação sexual surge em primeira instância associado a questões de saúde pública. Alguns estudiosos como Barroso e Bruschini (1982 apud SAYÃO, 1997) apontam o surgimento desta discussão na França, no século XVIII, onde foi central a preocupação com a disseminação de doenças (infecções) sexualmente transmissíveis, como por exemplo a sífilis e a gonorreia, que precisavam ser combatidas. Porém, Sayão (1997) afirma que a primeira proposta sistematizada de educação sexual (ES) no ambiente escolar ocorreu na Suécia.

A citada autora, informa ainda que no século XIX, a ES se torna uma forma de reprimir a manifestação da sexualidade infantil e passa a circular a ideia de que se devia proteger as crianças dos “perigos” da sexualidade. Em 1956 a ES torna-se obrigatória nas escolas da Suíça. No Concílio Vaticano II, na década de 60 do século XX, debate-se o confronto entre a moral tradicional e os novos eixos problematizados por jovens da época e, por acréscimo, a sexualidade. Em 1973, a ES é oficialmente inserida nas escolas francesas (SAYÃO, 1997),

De acordo com Ribeiro (2013), a discussão sobre a inclusão de questões referentes à sexualidade no currículo escolar começa a tomar forma no Brasil no início do século XX, como resultado das influências das concepções médico-higienistas do século XIX como estratégia de contenção da disseminação das ISTs, outrora DSTs, o combate à masturbação e

a ideia de preparo da mulher para se tornar esposa e mãe. Era colocado também a preocupação com a questão da prostituição feminina e com a nova “ordem médica e norma familiar” na qual à mulher era atribuído o papel de cuidar da saúde e da educação dos filhos, realizando uma ponte entre a medicina higienista e a vida no interior das famílias (COSTA, 1991; RIBEIRO, 2013; SILVA, 2002).

Sayão (1997), assinala ainda que a Igreja católica no período de 1935 a 1950 com o grande poder que exercia na época barrou várias tentativas de inserção do tema sexualidade nas instituições de ensino. A instituição vetava o tema e qualquer tipo de informação que contrariasse às normas cristãs: sexo antes do casamento, liberdade sexual e sobre o corpo da mulher, entre outras. A inclusão da educação sexual na escola foi e é considerada uma grande luta, porque havia e há pessoas, grupos e instituições que eram e permanecem a favor do controle sobre o corpo da mulher, da negação do conhecimento sobre a sexualidade, portanto, sobre o desejo e o prazer às crianças. Além disso, são grupos e instituições que admitem apenas uma noção e experiência de sexualidade – a heterossexualidade. Tanto antes como hoje, século XXI, para muitos, falar sobre sexualidade é influenciar a prática sexual que destoa da heterossexualidade e da norma binária de gênero.

Na luta travada pelo direito ao conhecimento sobre o corpo e sobre a sexualidade, sempre houve cobrança direta por parte dos movimentos artísticos-culturais, de movimentos sociais como o movimento feminista, bem como de grupos independentes que contestavam e contestam os padrões socioculturais vigentes e apregoavam as ideias de liberdade, paz e igualdade entre os gêneros e o respeito a toda forma de vivência da experiência da sexualidade. Em 1968, a Deputada Júlia Steimburck, do Rio de Janeiro, apresentou projeto de lei à Câmara dos Deputados propondo a implantação obrigatória da ES nas escolas do país em todos os anos escolares (SAYÃO,1997).

Mesmo assim, as ações práticas, tanto na rede pública como na rede privada de ensino, não foram muito expressivas. A partir da década de 1970 as discussões sobre a inclusão de temáticas relativas à sexualidade humana no currículo das escolas de ensino fundamental e médio se intensificaram e podiam ser entendidas como reflexo do período anterior. Assim, a legitimidade quanto a pertinência da ES ser ou não tratada por meio de uma proposta pedagógica em âmbito escolar foram recorrentes. Como consequência, os conflitos teóricos emergiram durante o processo de reconhecimento do perfil e da prática escolar deste tema e a validação da sua pertença institucional.

César (2009) informa que no final do período de Ditadura Militar no Brasil, com o início da abertura política (1979-1984), os movimentos constituídos por intelectuais e pesquisadores/as reivindicaram novas maneiras de compreender a ES. No caso do Brasil a discussão sobre a inserção da ES deu-se juntamente com os diversos movimentos sociais que propunham repensar de forma crítica o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados.

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a orientação sexual é um dos temas que obteve reconhecimento oficial na formulação de propostas curriculares na educação básica. Trata-se do que pesquisadoras apontam como o sexto momento da Educação Sexual no Brasil. Um momento que parece ter sido comprometido com o atendimento da necessidade de os alunos vivenciarem plenamente sua sexualidade. Com a implantação dos PCN, a orientação sexual foi sugerida para ser trabalhada em todas as disciplinas escolares, de forma transversal. A partir da formulação dos PCN, a educação sexual/sexualidade é tema sugerido para ser discutido em todas as disciplinas, e aos/às professores/as foram ofertados vários cursos de formação continuada, a nível de extensão e pós-graduação. Assim, a partir de 1996, docentes brasileiros tiveram mais liberdade para abordarem sobre o tema sem repressão em salas de aulas e na escola, e, conseqüentemente, foram disponibilizadas para os/as alunos/as mais acesso a informação, que antes era totalmente regradada. A partir daí foram acrescentadas à discussão da sexualidade os temas corpo, gênero e subtemas como orientação sexual, direitos sexuais e reprodutivos, aborto, violência de gênero, violência sexual, combate à homofobia, à bifobia, à transfobia, à lesbofobia, entre outros.

O Estado brasileiro, desde a década de 1970, implantou programas e campanhas para levar informações aos alunos e às alunas sobre educação sexual e sobre os temas correlatos, como sexo, gravidez, Infecções Sexualmente Transmissíveis, dentre outros. A instituição escolar é uma das responsáveis pela abordagem científica desses temas neste ambiente. Em nosso país, os objetivos de programas de educação sexual foram, em geral, o de informar e educar para a diminuição, controle e eliminação de incidências de casos de ISTS, a partir da década de 1990 de casos da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, e o de conscientizar a população escolar sobre a importância dos cuidados com a saúde reprodutiva e sexual, previstas na Lei Nº 8.069, DE 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e, em seu artigo 1º prevê *a proteção integral à criança e ao adolescente*.

Atualmente, existem vários meios de comunicação que são utilizados para levar informação como internet, televisão rádios, além das instituições de ensino. Porém em

meados dos anos 1996, o meio de comunicação mais utilizado no Brasil pela população em geral eram a televisão e o rádio.

As campanhas mais reverentes são:

- **Campanha Faça Bonito de 1973. Foi uma campanha desencadeada pela instituição do “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, Lei Federal 9.970/00.** A campanha demarcou a luta pelos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no território. Visava mobilizar, sensibilizar, informar e convocar toda a sociedade a participar da luta em defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. No dia 18 de maio de 1973, ocorreu na cidade de Vitória (ES), um crime contra Araceli Cabrera Sánchez Crespo, uma garota de 8 anos, que foi sequestrada, violentada sexualmente e morta pela ação de um grupo de jovens de classe média alta da cidade de Vitória do Espírito Santo, Brasil. Os criminosos ficaram impune. Em setembro do mesmo ano, Ana Lúcia Braga, 7 anos, foi assassinada em situação semelhante, em Brasília-DF<sup>1</sup>.

- **Campanha de Prevenção a Doenças Sexualmente transmissíveis de 2001 :** A campanha visava informar e alertar toda a população e principalmente o público jovem sobre os riscos e consequências de contrair uma infecções sexualmente transmissíveis, e orientar as pessoas a procurarem atendimento médico ao perceberem os primeiros sintomas, como corrimentos, verrugas, feridas nos órgãos genitais. Acredita-se que 12 milhões de novos casos de DST ao ano ocorram no país, sendo que apenas 30% dos doentes procuram os serviços de saúde. Em alguns casos, as DST podem aumentar em 18 vezes o risco de infecção pelo vírus da aids. Portanto, a campanha pretendia ajudar o Governo a reduzir ainda mais a incidência de aids no país.

- **Campanha “Usar camisinha é uma responsabilidade de todos” de 2020:** A campanha visava informar principalmente o público jovem sobre os riscos e consequências de contrair uma infecções sexualmente transmissíveis. Com o objetivo de provocar uma mudança de comportamento nos grupos jovens de 15 a 29 anos, homens e mulheres, na temática da prevenção às IST, como a sífilis, gonorreia, HPV, HIV e hepatites, dinamizando a ampliação do acesso às informações e enfatizando que o uso da camisinha é a forma mais simples e eficaz de prevenção dessas infecções que podem ter consequências graves, o Ministério da Saúde lançou a nova campanha de estímulo ao uso do preservativo durante o

<sup>1</sup> Informações retiradas de: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2021/05/1973-as-criancas-abusadas-e-mortas-da-era-medici/>. Acesso 02 de dez. 2021.

ano todo para não só evitar a exposição individual às infecções, mas também para quebrar a cadeia de transmissão.

No entanto, de 2015 até o momento em que este TCC foi produzido (2021), vivemos no Brasil momento de retrocesso à estas discussões. Professores/as e escolas têm sofrido perseguição e agressões por abordarem discussões ou temas acerca da sexualidade e do gênero; a pauta da proteção das crianças à discussão sobre sexualidade da década de 1960 (regime militar no Brasil) volta à baila. A esse respeito, assistimos a divulgação de notícias como as que segue:

- 1- *Escola do DF é condenada a indenizar aluno após professora questionar sexualidade dele em aula*, divulgada em <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/07/08/escola-do-df-e-condenada-a-indenizar-aluno-apos-professora-questionar-sexualidade-dele-em-aula.ghtml>. Data: 08 de julho de 2021.
- 2- Professor que discutir gênero e sexualidade na escola poderá ser preso - <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/11/12/professor-que-discutir-genero-na-escola-podera-ser-preso/>. 12 de novembro de 2015.
- 3- Temas sexualidade e gênero geram polêmica em planos de educação - <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/06/temas-sexualidade-e-genero-geram-polemica-em-planos-de-educacao.html>. Data: 16 de junho de 2016.
- 4- Professora é denunciada por pai de aluna após abordar feminismo em sala de aula - <https://revistaforum.com.br/mulher/professora-e-denunciada-por-pai-de-aluna-apos-abordar-feminismo-em-sala-de-aula/>. Data: 18 de fevereiro de 2020
- 5- Professora da Bahia é intimada pela polícia após aluna denunciar 'conteúdo esquerdista'. 19 de novembro de 2021.



### 3. ADOLESCÊNCIA

A adolescência é uma fase da vida considerada por muitos como “chata”, porém marcante para grande maioria das pessoas, por ser um momento de transição do ser criança para o ser adulto. Essa transição diz respeito ao conjunto de mudanças físicas na forma do corpo; na voz, e, na construção de outros modos de agir e de pensar. Entre eles, a autorização social e cultural de que o corpo adolescente é marcado pelo desejo sexual.

A palavra adolescência vem do latim “adolescere”, que significa “fazer-se homem/mulher” ou “crescer na maturidade” (MUUSS, 1976),

A minha adolescência foi uma fase muito tranquila. Eu fui uma adolescente que não dei trabalho para os meus pais, ou seja, como eu era introspectiva, sem assunto, calada, fazia o que tinha que ser feito, tudo muito certinho, tanto em casa quanto na escola não fui tratada como adolescente problema. Eu morria de vergonha de conversar com as pessoas e até mesmo de atender ao telefone em casa.

Por outro lado, eu apresentava uma das características mais comuns atribuída a todos os/as adolescentes: a do intenso sentimentalismo. Tudo para mim era muito intenso, se eu chorava era muito; se sofria era de modo demasiado; se estava feliz também era de modo intenso, ficava muito feliz. Lembro-me de que, quando minha mãe chamava a minha atenção por algum motivo, aquilo para mim era o fim, o dia acabava. Eu entrava no meu quarto e não queria conversar com mais ninguém nem ir a lugar algum. As mudanças que aconteceram no meu corpo, me assustaram muito. Como eu fui sempre muito magra, me causou muito incômodo quando meus seios cresceram. Eu sentia vergonha de sair vestida com blusinhas que valorizavam os seios, por isso, eu andava apenas com camiseta.

Um outro fator difícil de lidar, foi com o período menstrual: eu sentia cólicas intensas, que com remédio via oral não passava, e, então, a minha mãe me levava todo mês para tomar remédio intravenoso. Aquele momento era um sofrimento só, porque morria de medo de agulhas. Essa situação durou por anos até que conheci uma médica que me prescreveu um medicamento que começava tomar antes do período menstrual e, assim, passei a não sentir mais as cólicas no período menstrual.

E por último, a fase de relacionamentos: nesta sofri bastante, porque meus relacionamentos foram muito conturbados. O meu primeiro namoro durou um mês: o meu

primeiro namorado terminou o relacionamento. Na época, entrei em depressão, não comia, não saía, até que umas amigas me ajudaram a superar a fase, me levando para sair, ficando em casa comigo, e tentando me distrair. Depois de alguns meses conheci outra pessoa, que me ajudou a esquecer o primeiro relacionamento afetivo, e, assim, ficamos juntos um tempo considerável, depois acabou não dando certo e cada um trilhou o seu caminho.

Em relação a prática sexual, considerando as experiências das minhas amigas, iniciei tarde. As minhas amigas me passavam muito medo, então tardei a experiência ao máximo que pude. Esta primeira experiência foi com responsabilidade, com uma pessoa que namorava e sentia muita confiança. Por mais que a minha mãe e as minhas irmãs não tenham me instruído sobre a respeito da primeira relação sexual, as minhas amigas me auxiliaram nas dúvidas que sentia. Durante o período da minha adolescência várias pessoas da mesma idade que a minha, tiveram reações diferentes as minhas: algumas se vestiam de preto, com maquiagem muito forte; outras eram muito rebeldes, achavam que podiam fazer de tudo; outros começaram os vícios de álcool e drogas, e, outras não saiam de casa.

Lembro-me que as incidências de casos de abusos sexuais e de gravidez, eram raros. Quando acontecia, na minha cidade, todas ficavam totalmente desconsertadas. Todas com muito receio do que a sociedade iria falar e como iam agir perante a pessoa que engravidou e/ou como agir com os familiares de quem abusou sexualmente de alguma criança.

Entendo que atualmente, a fase da adolescência esta cada vez mais difícil. São muitas e muitos adolescentes sem responsabilidade, sem compromisso com os estudos, cada vez mais focados em bebidas, drogas e festas. Pais e professores/as não têm sucesso com as tentativas de amenizar esses problemas de ordem pública. Neste contexto, devemos também levar em consideração a questão de gênero. O preconceito e discriminação com afeminados, com pessoas travestis, com transexuais, com bixesuais, com homossexuais é muito alto e isso gera muito impacto sobre o modo de vida e da experiência de adolescentes. Elas e eles vivem modos mais amplos a suas sexualidades e, em uma sociedade violenta como a nossa, se tornam muito vulneráveis as situações de preconceito e discriminação.

O número de crianças que são engravidadas e são violentadas sexualmente, todos os dias, por parentes ou pessoas próximas, é alarmante. Isso é possível de ser constatada pela notícia divulgada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, em maio de 2021. A atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

(MMFDH), Damares Alves, no mês referido, anunciou, na véspera do dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei Federal 9.970, de 2000, que os dados do Disque 100, demonstraram que 35 mil casos de violações de direitos humanos foram registrados até 12 de maio de 2021 no Brasil.

O total de registros de violência contra crianças e adolescentes (aproximadamente 35 mil denúncias) resultaram em 132,4 mil violações contra esse público. As mais recorrentes são as que violam a integridade de crianças e adolescentes, como violência física (maus-tratos, agressão e insubstância material) e violência psicológica (insubstância afetiva, ameaça, assédio moral e alienação parental).

A violência física é citada em 25,7 mil denúncias. Já a violência psicológica esteve presente em 25,6 mil denúncias. Cerca de 20,8 mil denúncias possuem pais e mães como suspeitos da violação, 59,6% do total relacionado ao grupo crianças e adolescentes.

Os dados mostram ainda que a maioria das denúncias tem como vítimas meninas (66,4%) na faixa etária de 12 a 14 anos (5,3 mil). Logo atrás estão 5,1 mil denúncias crianças de 2 a 4 anos. Nessa faixa etária, 52% das denúncias possuem meninas como vítimas.

O preenchimento dos dados de perfil das vítimas e suspeito não é obrigatório durante a realização da denúncia. Dessa forma, o perfil médio das vítimas considera apenas aqueles itens em que as denúncias tiveram essas informações prestadas (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2021, p.1).

Outro dado informado pela ministra, Damares Alves, é o de que especialistas consideram que até 20 casos deixam de ser registrados em relação a cada um dos números oficiais, o que significa dizer que há muito mais do que 35 mil casos de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil.

Como educadora, vejo que esta geração de 2000 para 2021 é afundada no que diz respeito a educação, a qualidade de vida, ao compromisso e a responsabilidade. Pergunto: de quem é a culpa? São dos pais? São da escola? É do governo? É da diferença de classe social?

Há muitas famílias sem qualquer estrutura, financeira e psicológica. Mas há famílias muito estruturadas, e os índices de violações estão presentes em ambos os casos. Podemos aceitar a ideia de não apresentar informações e uma educação sexual responsável no ambiente escolar? O que fazer com o preconceito e a discriminação? O que fazer com as violações dos direitos humanos?

#### 4. PRECONCEITO

Segundo Joaquim (2006, p.1), preconceito pode ser definido como:

É um julgamento prévio ou pré-julgamento de uma pessoa com base em estereótipos, ou seja, simples carimbo. Este conceito prévio nada mais é do que preconceito. Trata-se de umas atitudes negativas, desfavoráveis, para com um grupo ou seus componentes individuais. É caracterizado por crenças estereotipadas [...]. A atitude resulta de processos internos do portador [...].

Desde criança pude presenciar preconceito nas escolas, na minha família e perceber a reação das pessoas perante tal ação. Recordo-me de na escola, entre 7 a 10 anos, ter presenciado muitas atitudes preconceituosas entre os colegas. Quem usava óculos era chamada de “quatro olhos”; quem era gordo de “ baleia” ou de “gordinho”; quem era magro de “palito”; quem era negro de “pretinho ou pretinha”; meninos afeminados de “viadinho”; quem tinha dificuldades de aprendizagem de “burro”, dentre outros “apelidos maldosos”, que substituíam o nome daquelas crianças minhas colegas.

De parte dos/das professores/professoras, a falta de reação perante as atitudes descritas (os xingamentos). Eles e elas ouviam e fingiam não ouvirem, não tomavam nenhum tipo de atitude, mesmo sabendo que aquelas “brincadeiras” poderiam afetar o psicológico daquelas crianças.

Aos exatos 7 anos de idade, comecei a ter muitas dificuldades de enxergar a lousa, e precisei ser levada ao oftalmologista que me prescreveu os óculos. Esta situação anterior ao uso dos óculos, agravava-se porque sempre me sentava nos últimos lugares da sala de aula. Perante as discriminações vivenciadas com outros colegas, minha mãe comprou os óculos, mais eu não usava por vergonha e medo de ganhar o apelido de “quatro olhos”.

Agora, depois de 24 anos, pude notar a diferença de comportamento dos/as professores/as, dos/as alunos/as e da supervisão das escolas que conheço, com qualquer tipo de preconceito e discriminação. Quando algum aluno ou aluna sofre algum tipo de preconceito, que tem sido também denominado de Bullying, há reações e ações dos/as profissionais da escola.

De acordo com Neto(2005, p .3)

Por definição, bullying compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um estudantes contra os outro(os), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder.

Portanto, cabe às escolas brasileiras, de acordo com a Lei nº 13.185/2015 que implementa o Programa Nacional de Combate à Intimidação Sistemática (bullying) em território brasileiro “[...] a responsabilidade por conscientizar os alunos sobre a questão e preparar docentes e equipes pedagógicas para prevenir e solucionar casos relacionados ao problema”.

Me recordo, de um exemplo que aconteceu em minha família que comprova o modo como, com o passar dos anos, houve mudança de postura da escola frente ao preconceito. Em meados do ano 2006, meu irmão foi vítima de bullying na escola onde estudava, pelo corte de cabelo que havia realizado. Os colegas o chamavam de “surfista”. E aquela atitude dos colegas estava deixando-o incomodado, até que ele resolveu escrever uma carta para a direção da escola e contar o que estava acontecendo. Ao lerem a carta, a direção da escola chamou ele e os colegas que haviam praticado tal ato, e os fizeram pedir desculpas ao meu irmão. A partir de então, a gestão da escola apresentou a situação para as demais turmas e deixaram claro que não aceitariam nenhum tipo de atitude parecida com aquela ocorrida ao meu irmão dentro da escola.

Diante disso, algumas pessoas dizem que pessoas de classe social baixa, são as pessoas que mais praticam este ato – do preconceito. Não acredito nesse argumento: o caso ocorrido com o meu irmão deixa explícito que crianças de classe média e de classe média alta são os maiores precursores desse tipo de ação. O Leonardo, meu irmão, estudava em um dos colégios mais bem conceituados aqui da minha cidade, e mesmo assim sofreu Bullying, então posso concluir que esta é uma prática que se faz presente em todos os lugares e acontece com todas as pessoas, independente da cultura e classe social.

Ao me tornar professora de curso técnico de Química em 2018, vivenciei várias situações de preconceito, entre pessoas adultas. Agora com mais experiência vejo a importância da intervenção dos/as professores/as ao presenciarem algum tipo de atitude que possam intimidar ou inferiorizar um aluno dentro das escolas. Porém é necessário que tenham formação para saber como se comportarem diante de algum tipo de preconceito dentro de sala de aula, considerando que alguns alunos e algumas alunas sujeitos destas ações, às vezes, são agressivos/as tanto com professores quanto com os outros/as colegas.

Outro fator que observei em minha experiência, foi o de que os/as alunos/as que continuam a praticar qualquer tipo de bullying e/ou preconceito, são reincidentes em duas situações: a primeira quando o/a professor/a não intervêm ou acha engraçado a atitude ou fala,

e, a segunda, quando o/a colega não tem reação, ou, para não ter problemas, acha (ou finge achar) engraçada atitude.

De acordo com cartilha de Conselho Nacional de Justiça de 2010, no Brasil, existem maneiras típicas de violências do bullying, tais como:

- Verbal: que engloba insultar, ofender, falar mal, colocar apelidos pejorativos, “zoar”;
- Física e material: inclui bater, empurrar, beliscar, roubar, furtar ou destruir pertences da vítima;
- Psicológica e moral: humilhar, excluir, discriminar, chantagear, intimidar, difamar;
- Sexual: abusar, violentar, assediar, insinuar;
- Virtual ou Cyberbullying: bullying realizado por meio de ferramentas tecnológicas (celulares, filmadoras, internet).(SILVA, 2010, p .7)

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2015, apontou que “um em cada dez estudantes brasileiros é vítima de *bullying*” o que me faz concluir que esse é um tipo de violência recorrente no âmbito escolar no Brasil. A medida de controle e combate a esse tipo de violência continua sendo a informação em casa, nas escolas, e nos meios de comunicação. As famílias devem ensinar aos seus filhos e suas filhas, desde pequenos/as, a como respeitar os outros colegas que são diferentes, aos que possuem opiniões e modos de viver diferentes, ou seja, ensinar a ter empatia e respeito para com todas as pessoas. E outra consideração importante, devem sempre reparar o comportamento dos filhos ao chegarem da escola, porque a mudança de comportamento é um indício de que a criança ou o/a adolescente pode estar sofrendo bullying e/ou preconceito na escola.

Quando uma criança ou um adolescente ou até mesmo um adulto é vítima de preconceito e/ou bullying constantes, um dos efeitos são problemas de saúde como hipertensão, síndrome do pânico, depressão, doenças renais, doenças metálicas, além de afetar o desenvolvimento e a aprendizagem, ou seja, o preconceito e o bullying é um problema público; é uma questão de saúde pública e de direitos humanos a serem preservados por todos e por todas nós.

## 5. CONCLUSÃO

Ao desenvolver este trabalho de conclusão de curso, me fez recordar muitos momentos que vivi durante o decorrer da minha vida escolar e pessoal, pude compreender melhor sobre o tema sexualidade e relacioná-lo com as minhas experiências como aluna e como professora.

Falar sobre sexualidade, adolescência, preconceito, bullying e correlacionar com a educação me faz enxergar como era discutido e vivenciado esses temas décadas atrás e como é agora no ano de 2021. E por mais que a gente se recuse a acreditar, diante do país em que vivemos, ocorreram muitas transformações sobre esses temas. Muitos projetos de alguns governos brasileiros se empenharam com o combate e a redução de casos de violência, preconceito quanto ao corpo e a sexualidade, porém ainda é constante o número de casos de violência e preconceitos vividos nas escolas e fora dela.

No entanto, é preciso nunca parar de influenciar, informar e educar as novas gerações a pensar que somos seres humanos iguais, independentemente de raça, cor, orientação sexual, gênero, classe social. Todos e todas temos direito de desfrutar de uma vida plena. Que o respeito e a admissão da diferença devem estar em primeiro lugar, mesmo quando não concordamos com algum tipo de palavra ou ação de um colega.

Nossas crianças são o futuro de uma nação diferente da que vivemos, e se a família, a escola, o estado começarem a mostrar o quanto antes para elas a importância do convívio com as diferenças, acredito que daqui a alguns anos o mundo será um lugar melhor para se viver; a educação escolar poderá ser mais eficaz, e evitaremos muitos casos de depressão, de doenças, de homicídios e de suicídios de jovens, adolescentes e crianças.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação** / Vera Lúcia do Amaral. - Natal, RN: EDUFRN, 2007. 208 p.: il.

SANTOS, Cleici da Silva. **Educação Sexual: Orientar Para Prevenir**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário de Brasília, Distrito Federal, 2006.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História Da Educação Sexual No Brasil: Apontamentos Para Reflexão**. Disponível em [file:///D:/Usuario/Downloads/41-Texto%20do%20artigo%20\(enviar%20arquivo\)-112-2-10-20200507%20\(1\).pdf](file:///D:/Usuario/Downloads/41-Texto%20do%20artigo%20(enviar%20arquivo)-112-2-10-20200507%20(1).pdf). Acesso em : 23 out. 2021.

SAYÃO, R. **Saber o sexo: os problemas da informação sexual e o papel da escola**. In: AQUINO, J. G. (org.) Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p. 97-105

FERNANDES, F.; LORENZETTI, L. **A Educação Sexual nos anos iniciais: um estudo a partir de dissertações e teses**. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: . Acesso em: [file:///D:/Usuario/Downloads/9705-35101-2-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Usuario/Downloads/9705-35101-2-PB%20(1).pdf) 23 out. 2021.

CÉSAR, M. R. A. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia"** Educar, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR

ALTMANN, H. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Rev Estud Fem 2001; 9(2): 12

ECOS - **Estudos e comunicação em sexualidade. Promover a educação sexual nas escolas**. São Paulo (SP): Instituto Polis; 2004. [citado em 12 jun 2005]. Disponível em: URL: <http://www.ecos.org.br/boletins.asp>. Acesso: 24 out. 2021.

MUSS, Rolf. **Teorias da Adolescência**. 5. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1976.

ALVES, Damares. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). 2021**. Acesso disponível em : <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-da-mulher-da-familia-e-dos-direitos-humanos> 24 out 2021



JOAQUIM, Nelson. **Igualdade e discriminação**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, IX, n. 31, jul. 2006. Acesso em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1663](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1663)>.19 out.2021.

RAMOS, A.K.S. **Bullying**: A violência tolerada na escola. Monografia 2009

SILVA, A.B.B. **Mentes perigosas nas escolas**: bullying. Rio de Janeiro: Objetiva 2010.

NETO, A.A. **Bullying e comportamento agressivo entre os estudantes**. Jornal de Pediatria, Porto Alegre, v.81.n.5,2005.

SILVA, A.B.B. **Bullying**. 1° ed, Brasília: Cartilha 2010 Justiça nas Escolas, , 2010.